

Desigualdades raciais em educação no Brasil*

Mary Francisca do Careno**

Pontifícia Universidade Católica de Santos (UNISANTOS),
Rua Dr. Carvalho de Mendonça, 144, Vila Mathias, CEP 110070-906, Santos, SP, Brasil,
e-mail: mcareno@uol.com.br

Embora o eixo VI da CONAE agregue número razoável de temas, como questão étnico-racial, indígena, do campo, das pessoas com deficiência, educação ambiental, crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, educação de jovens e adultos e educação profissional, este artigo vai se ater à questão negra. Inicialmente, objetivava oferecer alguns dados históricos e recentes para abrir o debate sobre a necessidade de se ter um olhar diferenciado sobre o segmento negro e procurar fazer com que os professores partissem da perspectiva de uma pedagogia que compreende e incentiva as diferenças e busca sempre estimular os educadores locais, através do conhecimento ampliado em áreas como cultura, história, direitos humanos, a tomarem o próprio bairro como campo de pesquisa. O trabalho pode ser dividido em uma introdução e três partes. Na primeira, expõe alguns episódios da história brasileira cuja temática é o segmento negro e também apresenta informações sobre a África e suas africanidades inseridas no cotidiano e na cultura brasileira. Na segunda parte, relata um pouco sobre as consequências de fatos da história do Brasil para dar a dimensão de quem somos e por que estamos vivendo a realidade atual. Na terceira, aborda a importância da inserção da história e da cultura de África e dos afro-descendentes no currículo escolar.

Palavras-chave: Desigualdades raciais. Educação no Brasil. História e Cultura da África e dos afro-descendentes.

Racial inequalities in education in Brazil

Although the axis of the 6th CONAE brings together a reasonable amount of themes, such as the ethnic-racial issue, the indigenous, rural, and the people with disabilities issues, environmental education, and matters related to children, adolescents and young people in situation of risk, youth and adult education, and professional education, this article will focus on the black issue. It initially sought to offer some historical and recent data to drive the debate on the need to have a differentiated view of the black segment and to cause teachers to begin from the perspective of an education that understands and encourages differences and seeks to always stimulate local educators, by means of enhanced knowledge in areas such as culture, history, human rights, to consider their own districts as field for research. The paper can be divided in three parts. In the first, it showcases a few episodes of the Brazilian history, the theme of which is the black segment, and presents information about Africa and the inserted Africanness that expresses itself in Brazilian daily life and culture. In the second, it discusses the consequences of facts that occurred in the history of Brazil that shaped who

* Palestra pronunciada em 30/05/2009, na UNAERP, durante a Pré-Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, promovida pela COEP-PIR (Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e, com algumas alterações, em 2/06/2009, durante a Conferência Intermunicipal de Educação – Baixada Santista – Eixo IV: Justiça social, Educação e Trabalho: inclusão, diversidade e igualdade. Para este artigo, os dados foram atualizados.

** Mestranda em Educação da Universidade Católica de Santos/UNISANTOS.

we are and why we are experiencing our current reality. In the third, it approaches the importance of inserting the history and culture of Africa and of afro-descendants in school curricula.

Keywords: Racial inequalities. Education in Brazil. History and Culture of Africa and of afro-descendants. School curricula.

1 Introdução

Quero iniciar minha fala com um cumprimento muito especial à mesa, por terem aceitado o convite e proporcionado o prazer e a honra de estarmos juntos.

Cumprimento muito especial à Prof^{fa}. Maria de Fátima Barbosa Abdalla, por ter-me convidado para coordenar esta mesa. Meus cumprimentos a todos e a todas, aos professores e alunos da EDUCAFRO, à mesa e a todas as pessoas presentes neste auditório.

Quero abrir este debate convocando a todos os presentes para uma reflexão sobre a democratização do acesso à saúde, ao trabalho, à educação, especificamente à última. Entendo que estamos só iniciando as discussões que deverão ser ampliadas para além das fronteiras dessa sala. Ainda há muito o que se falar e o que se fazer.

A primeira colocação que gostaria de fazer é estabelecer: de que lugar eu falo? Falo, em primeiro lugar, como mulher negra, comprometida com o meu povo. Em segundo lugar, falo como professora universitária. Em terceiro, falo como aluna do curso de Mestrado em Educação, da Universidade Católica de Santos-UNISANTOS. Por último, falo também como estudiosa de remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira e atualmente de diversidade racial com uma pesquisa sobre relações raciais em escolas da Zona Noroeste de Santos/SP.

Minha fala pode ser dividida em três partes e esta introdução. Na primeira, tenho que me remeter a alguns episódios da história porque sem o passado, não temos futuro e muito menos presente. Nós somos produtos dos nossos antepassados e dos fatos que nos fizeram inteiros como somos e estamos hoje. Quem renega seu passado, renega a si mesmo, está sem identidade. Logo, falarei sobre o que somos e fomos, sobre a contribuição dos nossos antepassados para a constituição da sociedade brasileira. Na segunda parte, falarei um pouco sobre as consequências de fatos da história do Brasil para

dar a dimensão de quem somos e por que estamos vivendo a realidade atual. Na terceira, sobre a inserção da história e da cultura de África e dos afro-descendentes no currículo escolar. Embora o eixo agregue número razoável de temas, como questão étnico-racial, indígena, do campo, das pessoas com deficiência, educação ambiental, crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, educação de jovens e adultos e educação profissional, neste artigo, vou me ater à questão negra.

A minha tese é que em tudo perpassa a educação que liberta com uma condição de não libertar. Ela é uma condicionante processual para a formação do que denomino de identidade(s) possível(is), mas é um sistema propício para condicionamento das mentalidades, e, também, o meio pelo que é possível “descondicioná-las” e possam ser, assim, consideradas “autônomas”.

A mudança, via educação, para a formação de uma identidade possível, só ocorre se projetarmos sua finalidade e especificarmos a que princípios ela estará condicionada e o que se pretende com os indivíduos submetidos ao processo de (trans) formação, em que se resume o ideário operacional condicionante de uma nova educação.

Assim, a educação engendra dinamicamente um caráter dialógico e dialético, para o qual até a insônia torna-se favorável vigiar.

2 Relembrando alguns episódios da história

Todos sabem que:

2.1 - O Brasil foi composto, no início de sua colonização, por três povos: o índio, o português e africano. Hoje, a sociedade brasileira é formada por uma multiplicidade de povos, vindos das mais diversas regiões do globo terrestre. Essa multiplicidade de pessoas soma quase 192 milhões de habitantes e a cidade de São Paulo, a mais populosa do país, superou a marca de 11 milhões de

moradores, informou o IBGE, em 14/09/2009.¹ (exatos, em set 2009: 191,5 milhões de pessoas). Atualmente, mais da metade da população brasileira é formada de afro-descendentes (50,6% de indivíduos pardos e pretos = censo 2008);

2.2 - O Brasil é o segundo país em população negra do mundo, só perdendo para a Nigéria e essa população encontra-se nas camadas mais pobres da sociedade, situação resultante das condições em que foi deixada após a assinatura da Lei Áurea, sem direito a emprego, educação, saúde e moradia. Todavia, o debate sobre a premente necessidade de encontrar soluções para tirar esse segmento populacional das condições miseráveis em que se encontra, com políticas públicas, e a discussão sobre as relações étnicas em território brasileiro são sempre temas complexos, polêmicos, pois a construção sócio-política é sempre forjada nas tensões que se estabelecem nas ligações de interesses entre brancos e negros;

2.3 - Quando se pensa na África, imagina-se um pedaço de terra distante, do outro lado do Oceano Atlântico. A África, entretanto, é um continente muito grande, com mais de 30 milhões de quilômetros quadrados (exatos 30,28 milhões de Km²; só o Deserto do Saara ocupa 8,6 milhões de Km²). O território é dividido em 53 países, onde se falam mais de 2000 idiomas e dialetos e é povoado por quase 800 milhões de habitantes.

Países Africanos:

África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São

Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seichelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Territórios Africanos:

Canárias, Ceuta, Melilla e outras possessões espanholas, Mayotte, Reunião, Santa Helena e Saara Ocidental².

3 Da contribuição dos povos africanos para a constituição da sociedade brasileira

A contribuição dos povos africanos para a constituição da sociedade brasileira não foi tão simples como está expresso em diversos periódicos e mesmo nos livros didáticos veiculados nas escolas.

Os povos de origem africana trouxeram consigo, para o território americano, seus costumes, crenças, línguas (hoje de uso litúrgico como o yorubá, o bakongo e o kimbundo), léxicos incorporados ao nosso falar (línguas bantas), danças, ritmos, instrumentos musicais, culinária, bem como seus deuses e seus ritos de culto. Tiveram também uma grande contribuição para o conhecimento científico e tecnológico universal da época, como as técnicas de agricultura, mineração, ourivesaria e metalurgia (bronze, ferro e aço)³, o comércio, a arquitetura e a engenharia, a sofisticação da organização política, a prática da medicina⁴. Esses fatos não são quase nunca encontrados nos textos que tratam do tema.

Embora as forças de poder tenham procurado mantê-los dispersos no território brasileiro e, por vezes, misturados para não se rebelarem, esses grupos étnicos retiveram parte de sua cultura original e conseguiram preservar sua identidade. Esta identidade que sempre constituiu fator fundamental para resistir durante o período da escravidão e que hoje é importante ser conhecida pela popu-

1 Notícia divulgada no site: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/populacao-brasileira-chega-a-191-5-milhoes-diz-ibge> Acesso em 18/10/2009.

Segundo o site: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090919/not_imp437615,0.php. Acesso em 18/10/2009, "A Pnad 2008 apontou que no ano passado, pela primeira vez, mais da metade da população brasileira - 50,6% dos habitantes, ante 50% em 2007 - se declarou parda ou preta.

2 Esses dados a respeito da África foram retirados do site: www.casa-dasafricanas.org.br.

3 "Os diversos povos que habitavam o continente africano, muito antes da colonização feita pelos europeus, eram bambambãs em várias áreas: eles dominavam técnicas de agricultura, mineração, ourivesaria e metalurgia; usavam sistemas matemáticos elaboradíssimos (...), a contabilidade do comércio de mercadorias; e tinham conhecimentos de astronomia e de medicina que serviram de base para a ciência moderna." (cf. em http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0187/aberto/mt_98578.shtml.) Ler também MOURÃO, 1995-6:17-18.

4 Cf. Nascimento, 2006, p. 35.

lação brasileira, principalmente pelos alunos das redes pública e privada.

A necessidade de aprofundar o estudo sobre a questão étnica no Brasil ficou mais subsidiada com a promulgação da recente Lei nº 10.639 (em anexo, texto integral), de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei 9394/96 e torna obrigatória, nos currículos dos níveis fundamental e médio, em estabelecimentos oficiais e particulares do país, a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

4 Por que história e cultura africanas na educação básica?

Hoje, no mundo todo, já existe um consenso de que o elemento central para assegurar o desenvolvimento econômico e social de um país é o nível de escolarização de seu povo e, neste aspecto, o Brasil tem ainda um longo caminho a percorrer. Nossos índices de cobertura no âmbito da Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Médio e Educação Superior estão abaixo daqueles apresentados por países de renda *per capita* equivalente. No Ensino Fundamental, embora as matrículas já superem em 30% a população na faixa etária ideal (7 a 14 anos), ainda temos mais de 2 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Este último fato se explica pelas altíssimas taxas de reprovação e repetência, o que provoca um fluxo lento de passagem do aluno pelo sistema de ensino. A razão: ensino de baixa qualidade.

Considerando-se o fato, segundo dados estatísticos, de que os negros formam mais da metade da população brasileira, tanto esse quadro de evasão e repetência, quanto os graves problemas de aprendizagem apresentados pelas crianças oriundas das camadas populares que, em sua maioria, são compostas por negros, trazem um desafio aos educadores: promover uma educação que garanta o sucesso escolar deste significativo número de alunos que ocupa, principalmente, os bancos escolares das escolas públicas. Essa concepção remete a dois elementos essenciais para um ensino de qualidade que contemple o profissional da educação e o segmento que é atingido diretamente pela situação caótica em que se encontra o ensino no Brasil: a qualificação dos professores e a concepção ideológica que se dá ao currículo escolar.

Somente um levantamento de determinantes sócio-históricos, econômicos e culturais do segmento negro pode influenciar a prática dos professores locais e pode também ajudá-los a encontrar subsídios para o conhecimento de novas estratégias de “ensinagem” diante da população escolar existente.

Historicamente, a política educacional brasileira traz a exclusão já em seu bojo, pois não só o preconceito de classe, mas também o preconceito de raça e as propostas curriculares voltadas para as classes populares constituem-se em falácias e fortalecem o mito da democracia racial. Na medida em que não inclui a História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares do país, nossa política educacional não leva em conta a identidade dos negros, não respeita seu modo de ser e pensar o mundo, resiste a considerar a imensa influência que a cultura africana sempre exerceu sobre o modo de ser do brasileiro, com seus mais de 50% de população negra e mestiça. Esse segmento, com escolaridade insuficiente e padrão de vida bem abaixo da média, precisa conhecer a história brasileira sob o ponto de vista não dos vencedores europeus, mas a partir de pesquisas históricas mais reais e a partir da ótica daqueles que realmente foram protagonistas.

O professor e os pais, nesse sentido, são elementos básicos do ato pedagógico e podem ser aliados extremamente importantes para romper os elos dessa cadeia de alienação referente ao tema. O professor tem, contudo, uma formação elitista e preconceituosa. Fato que advém ou por desconhecimento do assunto, ou por falta de oportunidade em discutir essa temática, já que desde os cursos de formação de professores é quase nula a inclusão de alguma disciplina que trate da cultura afro-brasileira.

A Lei 10.639 traz uma contribuição de fundamental importância nessa relação/formação e atuação docente. O debate sobre ela já trouxe um grande benefício à sociedade: colocar o tema na agenda nacional e fazer todos reconhecerem que é preciso realizar algo para diminuir a desigualdade na educação de ricos e pobres ou de negros e brancos.

Com essa lei, estabelecem-se o embate e as posições sobre o tema. Por meio de discussão e de reflexão sobre os diversos eventos do cotidiano escolar, e da organização e da participação efetiva em cursos e seminários, estaremos forçando o debate, ampliando o horizonte conceitual e difundindo práticas educativas. Estaremos indo na direção de tomada da consciência da existência ampla de uma cultura e do seu tratamento possível e necessário na educação. Para tanto, cada um de nós, que queremos formar uma sociedade mais humanitária, precisaremos nos despojar dos velhos ranços culturais, nos apoderarmos desse novo saber e anunciarmos a boa nova, tecendo e tecendo as informações sobre África, sobre os avanços históricos, no entremeio dos silêncios dos nossos alunos, como arautos desse novo conteúdo curricular.

5 Considerações Finais

A nossa fala, inicialmente, pretendia oferecer alguns dados históricos e recentes para abrir o debate sobre a necessidade de se ter um olhar diferenciado sobre o segmento negro e procurar fazer com que os professores partissem da perspectiva de uma pedagogia que compreenda e incentive as diferenças e busque sempre estimular os educadores locais, através do conhecimento ampliado em áreas como cultura, história, direitos humanos, a tomarem o próprio bairro como campo de pesquisa.

Os dados obtidos sobre a existência da manutenção de africanidades no cotidiano de bairros onde se localiza sua escola é, portanto, um convite aos educadores para que mestres redescubram a cultura afro dos locais onde lecionam, discutam as diferenças regionais e intra-regionais e instituem a necessidade de incluir efetivamente a formação e a contribuição também dos povos africanos na cultura brasileira dentro do currículo escolar. As experiências vão resultar num enriquecimento das relações entre crianças/família/escola e todos terão a oportunidade de conviver com a diversidade cultural e a criatividade de parcela significativa do povo brasileiro.

Resgatam-se, nos traços dessa população, vestígios de um modo de viver próprio, materializado no labor cotidiano, no ritual, na gestualidade de corpos que vibram à batida de um batuque,

na solidariedade – formando uma cosmogonia das suas africanidades. No exercício de suas ancestralidades, esses grupos urbanos ou rurais tornam-se polos de resistência que sustentam todo o patrimônio cultural existente.

Referências

- CARENO, M. F. A Lei 10.639, a diversidade cultural e racial e as práticas escolares. *Jornal: Bolando Aulas de História. GRUHBAS - Projetos Educacionais e Culturais. Santos/SP. Ano 07, nº 46, set. 2004, p. 3-4.*
- CUNHA JR, H. A Inclusão da História Africana no Tempo dos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- HAMPATÉ BA, A. A Educação Tradicional na África. Disponível em: http://www.casadasafricanas.org.br/site/index2.php?id=banco_de_textos&sub=01&id_texto=6. Acesso em 16/06/2008.
- HAMPATÉ BÂ, A. *A tradição viva* In: KI-ZERBO, J. (Org.). *História Geral da África*. Vol. I, Metodologia e Pré-História da África. São Paulo: Ática-UNESCO, 1980.
- MOURÃO, F. A. A. Múltiplas Faces da Identidade Africana. *ÁFRICA: Revista do Centro de Estudos Africanos/USP. São Paulo, 18-19(1), p. 05-21, 1995/1996.*
- MUNANGA, K. Identidade Étnica, Poder e Direitos Humanos. *THOT, São Paulo, nº 80, p. 19-30, abr. 2004.*
- MUNANGA, K. A Identidade Negra no Contexto da Globalização. *ETHNOS BRASIL (NUPE), São Paulo, Ano 1- nº 01, p. 11-20, mar. 2002.*
- NASCIMENTO, E. L. *Introdução à história da África*. In: *Educação africanidades Brasil*. MEC – SECAD – UnB – CEAD – Faculdade de Educação. Brasília. 2006. p. 33-51.
- REVISTA NOVA ESCOLA. África de todos nós. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0187/aberto/mt_98578.shtml. Acesso em 22/03/2008. (Texto publicado na edição 187 - nov/2005)

ANEXO

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a

- vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:
- “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
- § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
- § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
- § 3º (VETADO)”
- “Art. 79-A. (VETADO)”
- “Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”
- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Brasília, 9 de janeiro de 2003;
- 182ª da Independência e 115ª da República.
- LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
- Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque